

## O MEU COMPADRE ROBERTO CARNEIRO

---

*Maria João Bustorff*

Conheci o Roberto no ano de 1972, em Londres, onde se encontrava a estudar Economia da Educação, na London School of Economics. Eu seguia um estágio no domínio da educação cívica baseada em voluntariado, organizado pelo então Ministério das Corporações. A Maria do Rosário, minha amiga e colega de curso no então Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina também vinha, e confidenciou-me, uns dias antes de partirmos, que tinha o namorado na LSE. Amigo e companheiro de estudos do seu irmão Adelino Amaro da Costa, Rosário preferia manter o namoro com o Roberto em segredo, com a discrição que sempre lhes conheci. Foram dias empolgantes, com encontros ao fim da tarde e jantares animados, nos quais a inteligência e sentido de humor do Roberto se revelaram muito expressivos, cativando-me para algumas das causas que já então o mobilizavam: as virtualidades do sistema de ensino anglo saxónico; a concepção de modelos educativos para o futuro; a entrada dos jovens na vida activa; a educação de adultos e a necessidade da certificação de competências e conhecimentos adquiridos ao longo da vida; as questões suscitadas pelo planeamento e pela avaliação de projectos educativos, do ponto de vista dos objetivos, das metas, das metodologias, dos resultados obtidos, da análise custo-benefício... Tudo isto era urgente, num país com as taxas de analfabetismo mais elevadas do mundo ocidental, e uma aflitiva ausência de dados estatísticos fiáveis, no Portugal anterior ao 25 de Abril.

Anos mais tarde, em finais dos 70, eu concluía para a Escola de Ensino e Administração de Enfermagem (EEAE, Ministério dos Assuntos Sociais), um «Estudo sobre a eficácia do Departamento de Educação Permanente», que celebraria em breve 10 anos de existência. Este

Departamento estava centralizado em Lisboa, na EEAE, mas apoiava-se em «Núcleos de Educação Permanente» para profissionais de enfermagem, existentes na maior parte dos nossos hospitais centrais e distritais. Eram estruturas activas, compostas por profissionais com uma evidente mobilização para a «humanização dos cuidados de saúde», e uma patente vontade de ampliar e actualizar os seus conhecimentos, enfrentando diariamente situações limite que lhes requeriam respostas imediatas, em casos muitas vezes sem solução clínica...

Com as alterações introduzidas nos planos curriculares dos cursos de Enfermagem no pós 25 de Abril (decorrentes da atualização de conceitos trazida pelos progressos da medicina, e da abordagem sistémica adoptada pelos organismos internacionais), assistiu-se à participação das Ciências Sociais neste domínio, e à importância do seu contributo não só na formação de base de profissionais de cuidados de saúde, mas também nos pedidos crescentes de acções de actualização e aperfeiçoamento veiculados, pelos núcleos descentralizados, à EEAE em Lisboa. Esta, apesar dos poucos recursos disponíveis, respondeu sempre de forma empenhada, criativa e eficiente. Os resultados do meu trabalho de campo seriam, como já se esperava, positivos e muito animadores. Durante um ano foi-me dada a conhecer a realidade portuguesa em todo o país, incluindo as Ilhas. O entusiasmo era grande, a militância visível. E existiam apoios internacionais, alguns dos quais vieram viabilizar financeira e tecnicamente projetos-piloto inovadores nestas áreas.

Vivia-se uma época de euforia, marcada pela abertura de Portugal a novas abordagens políticas, económicas, sociais, buscando o reconhecimento e a cooperação internacionais. Em matéria de «assuntos sociais» quase tudo era experimental, o que significava que todos os projetos piloto deveriam ser avaliados, e para tal era necessário que estivessem bem formulados no que dizia respeito à sua concepção, à sua adequação aos perfis dos destinatários e à sua viabilidade técnica e financeira.

No início de 1980 Roberto Carneiro, que assumira o cargo de Secretário de Estado da Educação do Governo AD, convidou-me a integrar o seu gabinete como assessora. Em princípio, a minha colaboração era pedida para os assuntos da educação de adultos. Em princípio a disponibilidade de horários tinha que ser total; o SEE requeria a nossa presença em múltiplas reuniões, dedicadas aos mais variados

temas; e apesar de ter formado uma equipa coesa e interdisciplinar de dedicados e voluntariosos profissionais, a dimensão das carências e dos problemas em Portugal, aliada à fraca capacidade de resposta do muito burocratizado Ministério da Educação, pareciam inultrapassáveis.

Valeram-nos a resiliência, o bom humor e o *fairplay* do nosso Secretário de Estado, a clareza com que partilhava as suas ideias sobre políticas educativas, o *approach* inteligente que imprimia às análises e debates, o interesse que manifestava quando fazia uma pergunta, o respeito com que nos ouvia.

Além dos assuntos relacionados com a educação de adultos, lembro-me de me ter dedicado a matérias como a preparação de normativos para a concessão de subsídios a «associações de educação popular», e à criação de «centros de educação para a ocupação de tempos livres» a funcionar em escolas do ensino preparatório; à ligação à Secretaria de Estado do Emprego e aos problemas da entrada dos jovens na vida activa; ao impacto da entrada de Portugal na UE sobre o nosso sistema educativo... Participei, em Bona, num seminário sobre o sistema educativo alemão, no qual foi dado especial destaque ao «*sistema dual*», que em Portugal viria a ser ensaiado através da criação da Comissão Nacional de Aprendizagem, em 1984, a partir dos impulsos conceptuais e da avaliação dos projetos-piloto lançados por Roberto Carneiro no início da década. Esta comissão, (composta por representantes de vários ministérios, autarquias, direcções gerais, direcções regionais, sindicatos, entidades patronais, e comissões de pais) na qual estive integrada enquanto representante do ME, seria a responsável pelo lançamento da «Formação em Alternancia para Jovens» inspirada no sistema dual alemão, de que hoje se volta a falar com tanta pertinência.

Quando comecei a trabalhar no gabinete do SEE no início de 1980, dispunhamos do recentemente aprovado «Plano Nacional para a Alfabetização e a Educação de Base de Adultos» – P.N.A.E.B.A. – como principal instrumento orientador, e respeitador dos princípios adoptados para a educação permanente pela comunidade internacional no início dos anos 70. Apesar das dificuldades inerentes à ausência de informação tratada e fiável nestas matérias, sabia-se que em 1976 se encontravam na situação de «trabalhadores-estudantes frequentando escolas oficiais cerca de 90.000 portugueses sujeitos, grosso modo, às

obrigações e condicionalismos dos estudantes da escolaridade normal»; que o abandono escolar por parte de jovens sem a escolaridade obrigatória de 6 anos cumprida se cifrava em cerca de 30.000/ano; que mais de 50% da população portuguesa não cumprira 6 anos de escolaridade; e que a nossa taxa de analfabetismo continuava a ser uma das mais altas do mundo ocidental.

O P.N.A.E.B.A. afirmava, em 1979, *«Deverá caminhar-se para um sistema integrado, coordenado e alternado, no qual a formação inicial, a educação de adultos e a experiência profissional se organizem num todo que permita a recorrência, isto é, a reinserção no Sistema em qualquer momento; o que implica, em relação aos adultos, a definição de um Sistema de créditos e de unidades de valor; tanto no que respeita a formação geral como à qualificação profissional; o que supõe, por outro lado, que se traduzam os objetivos da educação em termos mais operacionais, a fim de melhor assegurar a avaliação de toda a formação anterior do adulto, bem como da “aprendizagem inorganizada” realizada por ele ao longo da vida»*. Estava, pois, assumida a «educação recorrente» na sua acepção mais lata de «estratégia educativa global e integrada», como o caminho a seguir na educação de adultos, tal como preconizavam a OCDE em 1973, e o Conselho da Europa em 1975.

Roberto Carneiro antecipou o *timing* proposto por aquele Plano (que previa dar início a cursos experimentais do «ensino preparatório para adultos», de acordo com a nova estratégia assumida, a partir de 1981–82, generalizando a partir de 1985), através da criação de um grupo de trabalho que viria a definir, em pouco tempo: as linhas orientadoras gerais de uma política de educação recorrente para adultos, em Portugal; uma estrutura curricular bipartida, composta por um «tronco comum» e por uma área de opções, apelidada de «vocacional-profissional», composta por domínios variáveis, relacionados ou não com a profissão actual dos formandos; a criação de equipas para a elaboração de novos programas/referenciais para adultos; o lançamento de um primeiro projeto-piloto na Empresa Pública das Águas de Lisboa – EPAL; a preparação de outros projetos-piloto a desenvolver no imediato; as negociações com a Embaixada dos EUA em Lisboa, que viriam a concretizar-se, no quadro do programa U.S.A.I.D, através de ajuda efetiva, em termos de formação especializada, nos EUA, para os

técnicos envolvidos, e também em consultoria prestada em Portugal por peritos estrangeiros.

A produção deste grupo de trabalho teria continuidade após o governo AD, com a criação do NERA (Núcleo de Educação Recorrente de Adultos), o qual fui convidada a coordenar, e que começou a funcionar na DGEA em 1981. Em Março de 1985 o relatório final desta fase foi entregue ao Diretor Geral de Educação de Adultos. Compunha-se de 4 partes: um documento síntese (definindo simultaneamente o enquadramento geral da experiência, e as linhas de força reveladas pela sua avaliação); 4 relatórios respeitantes aos projetos-piloto desenvolvidos na EPAL, no Ministério do Trabalho, na CARRIS, e no distrito de Castelo Branco, em 2 concelhos (Alpedrinha e Penamacor) – estes últimos, projetos de base territorial; um «manual de procedimentos» destinado a facilitar a implementação de projetos ERA no futuro; um conjunto de Anexos contendo as componentes básicas testadas, das quais se destacavam: o perfil do formador; o modelo de formação de formadores; o perfil do conselheiro de formação; a estrutura curricular; os programas/referenciais testados; materiais pedagógico-didáticos; o modelo de avaliação de formandos; a validação e certificação de competências e saberes adquiridos ao longo da vida; a gestão e avaliação dos projetos e a correspondência com o sistema formal de ensino.

No fim da fase experimental, e após várias ações de formação/projeto, já havia 290 adultos portugueses com um diploma ERA (nível ensino preparatório), emitido pelo ME através da DG de Educação de Adultos. E nesta altura já estava em funcionamento a «Formação em Alternância para Jovens», atrás referida.

Hoje é com muita expectativa e alegria que vejo retomadas as preocupações e os conceitos de Roberto Carneiro com a apresentação, no passado mês de Fevereiro, do «Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória», produto do grupo de trabalho liderado por Guilherme d'Oliveira Martins. Afirmam-se de novo, através do enunciado de 10 competências-chave a desenvolver pelos alunos do ensino formal: a interdisciplinaridade; a avaliação contínua; a possibilidade de as escolas definirem o seu plano de estudos ou parte dele; a importância das áreas de «projeto» e da educação para a cidadania. Retoma-se, assim, a busca do perfil humanista há tantos anos enunciado, propiciador de outro paradigma para a educação ao longo da vida, afirmando valores

e gerador de cidadãos «portadores de futuro», capazes de intervir num mundo cada vez mais complexo e incerto.

\*\*\*\*\*

Não posso terminar esta viagem no tempo, em que tanto aprendi com o Roberto, sem referir aquela que considero a sua melhor e maior obra, só passível de ser lida em família com o contributo fundamental da Maria do Rosário.

Ao longo dos nossos percursos de vida muito aconteceu. Uma das coisas que mais me honraram foi o convite do casal para ser a madrinha de baptismo do seu nono filho, o meu afilhado António, aluno brilhante e hoje médico, mas também músico, cantor, e chefe doceiro, para grande alegria e orgulho de todos nós

Para a Maria do Rosário e para o Roberto, a família vive-se como uma «família extensa», o que engloba os compadres e as comadres, e nos leva a reunirmos várias vezes ao ano, em casa do clan Carneiro, sempre com uma surpresa no final da festa, surpresa essa que passa inevitavelmente por uma apresentação musical produzida pelos filhos, preparada em segredo com a devida antecedência.

Pais exemplares e dedicados educadores, a Rosário e o Roberto conseguiram ter o tempo, a persistência, e a disponibilidade interior para individualizar cada um dos seus nove filhos nos seus percursos únicos. Conseguiram guiá-los e ajudá-los a desenvolver os seus muitos e diversificados talentos, entre os quais os dotes para a música, para as artes plásticas, e para o pensamento científico nas várias áreas que escolheram seguir. A atenção permanente aos mais ínfimos detalhes, a sua generosidade, paciência e bom conselho, estendem-se agora aos netos, fonte de muitas alegrias e também de algumas dores de cabeça, diariamente ultrapassadas com o mesmo *fairplay*, serenidade e convicções de sempre.

Ao celebrarmos o seu 70º aniversário, só posso desejar uma longa vida ao meu compadre Roberto, com um grande abraço de Parabéns e com muito carinho, extensivo à minha comadre Maria do Rosário e a toda a família

Bem haja!

Março de 2017